



As lições da crise hídrica

Após dois anos do auge de uma crise de restrição hídrica no Sudeste brasileiro, e particularmente em São Paulo, que levou os níveis de alerta para colapso do abastecimento público a patamares extremos, voltamos a uma condição de normalidade na disponibilidade hídrica da região, ao contrário da situação que se prolonga no Nordeste e atinge o Centro-Oeste do país. Ainda que um eventual novo ciclo longo de baixas precipitações pudesse vir a significar o retorno de estados de restrição, hoje se pode dizer que a crise aqui está superada, cabendo refletir sobre ela e tirar o aprendizado necessário para melhor agir no futuro em situações semelhantes.

Em primeiro lugar, cabe destacar a capacidade de resposta demonstrada pela sociedade, pelas autoridades e pelos técnicos. O Plano de Abastecimento da Macrometrópole havia simulado eventos de repetição da crise de seca dos anos 1950, a maior da série histórica, que apontavam para esvaziamento total dos grandes reservatórios e crise aguda de abastecimento, caso aquela situação se repetisse para a infraestrutura hídrica existente. A diferença entre a simulação e o que efetivamente ocorreu foi a capacidade de resposta. Medidas como a captação emergencial do volume morto do Cantareira, a operação de redução de pressões na rede e as diversas intervenções de remanejamento de sistemas e fontes adicionais de abastecimento, levaram a importante redução das necessidades de água. E a resposta da sociedade foi essencial. Enfrentadas as dificuldades da desinformação e das notícias erradas que desorientavam as pessoas, esforço de esclarecimento em que deve ser anotada a importância da atuação dos técnicos e de suas entidades representativas, a população contribuiu muito, adotando cuidados e mudando hábitos, em boa medida permanentemente. Fica a constatação da importância de informar e não temer discutir abertamente os problemas que afetam a sociedade.

Outra importante conclusão que não deve ser subestimada é a evidência das mudanças climáticas em curso. A escassez de precipitações e as baixas vazões superficiais foram mais extremas que as referidas da seca dos anos 1950. Em todo o mundo registros climáticos extremos se repetem, levando a concluir que os padrões mudaram, embora não se consiga prever quais são os novos. Isso significa que para assegurar a mesma confiabilidade que se tinha anteriormente será necessário trabalhar de agora em diante com mais capacidade instalada. Em termos de recursos hídricos na região, mais capacidade de reserva e regularização de vazões e maior integração e flexibilidade entre sistemas. E maior integração na gestão dos recursos hídricos; nessa região cada vez mais a norma será a integração entre bacias hidrográficas e negociação entre usos. Os instrumentos técnicos para outorga e gestão terão que se sofisticar e substituir regras simplificadas por outras mais elaboradas, que permitam aproveitar melhor as disponibilidades a cada momento.

Uma consequência evidente da necessidade de maior capaci-

dade do que se precisava antes para atender a uma dada demanda é que o custo da água se tornou maior, o que impacta todos os seus usos. Além da evidente necessidade ambiental, ficam, assim, mais atrativas economicamente as medidas de uso racional e conservação, como a redução de perdas e o reúso de águas tratadas. A mesma atratividade é válida para a proteção de mananciais e a despoluição dos corpos d'água; existem importantes mananciais próximos aos grandes centros de consumo que hoje não podem ser utilizados, ou estão seriamente ameaçados.

Uma questão que foi muito discutida no auge da crise, e que merece hoje uma reflexão com distanciamento, é a relativa à importância do planejamento na gestão dos grandes sistemas de infraestrutura, uma sistemática deficiência nacional, que leva frequentemente à adoção de soluções improvisadas, ou adotadas sem o suficiente estudo prévio, imprescindível à escolha das alternativas de maior eficiência e interesse social. A existência do Plano de Abastecimento da Macrometrópole, ainda que sendo um plano de referência, sem detalhamento, foi de extrema importância para ajudar a orientar as discussões das opções disponíveis no auge da crise. Ainda assim, muitas intervenções foram implantadas sem projeto prévio, por contratações emergenciais. A crise hídrica, ao concentrar as atenções e os recursos financeiros nesses esforços emergenciais, levou a uma extrema redução na contratação de novos planos e projetos; como consequência, o setor de engenharia consultiva em recursos hídricos e saneamento sofre hoje a mais séria crise em décadas, com a perda de capacidade, a dispersão de equipes treinadas, e o afastamento de profissionais capacitados. Seria o momento de estarem sendo renovadas as ferramentas técnicas para enfrentar as demandas existentes e as futuras crises, que naturalmente irão acontecer.

Ainda cabe destacar os impactos da mudança dos padrões de consumo nas condições de financiamento do setor de saneamento. As antigas estruturas de tarifas, que já não respondiam às necessidades, mostram-se ainda mais ultrapassadas, devendo ser substituídas, de modo a alocarem-se os subsídios de forma justa e recuperar adequadamente os custos da prestação de serviços. Sem deixar de ressaltar, apesar da mais severa crise fiscal que o país conheceu em décadas, a necessidade que esse setor tem de recursos orçamentários. Muitas ações não são plenamente recuperáveis por tarifas, como despoluição, serviços a segmentos vulneráveis, a pequenas comunidades urbanas e rurais e segurança hídrica, seja o operador uma autarquia, uma empresa de economia mista ou uma companhia privada.

Aproveito este espaço para convidar a todos a participar do 29º Congresso da ABES – FENASAN, que será realizado de 2 a 6 de outubro, em São Paulo, ocasião em que as questões aqui abordadas serão discutidas, juntamente com outras relativas a saneamento, recursos hídricos e meio ambiente. 

ALCEU GUÉRIOS BITTENCOURT

é presidente da ABES-SP, diretor
superintendente da Cobrape